

037355

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

28 OUT 2010 1087385

3ºRTD-RJ-Reg. n° 1087385  
Emolumentos R\$ 600,11  
Distribuidor R\$ 20,68  
PMCMV/Mutual/Acoterj R\$ 22,79  
Fet/Fundper/Funper/Funapen 204,02  
Total R\$ 847,60

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM  
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS  
DE COLOCAÇÃO, DA DOBREVÊ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**DOBREVÊ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta junto à CVM, com sede na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Bertha Weege, nº 99, sala 01, Barra do Rio Cerro, CEP 89260-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.983.992/0001-53, NIRE nº 4230003622-6 neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente "Emissora";

**PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário"; e

Como garantidora:

**MALWEE MALHAS LTDA.**, sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Bertha Weege, 200, Barra do Rio Cerro, CEP 89260-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.429.737/0001-14, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente "Garantidora" ou "Fiadora";

sendo as partes acima qualificadas denominadas, individualmente, "Parte" e, conjuntamente, "Partes";

Celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê Participações S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

**1. TERMOS DEFINIDOS**

3º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA, 30 AND. CENTRO / RJ.  
MIRIAM S. CASTELHO  
1ª OFICIAL SUBSTITUTA

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído abaixo, bem como ao longo desta Escritura.

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia geral de Debenturistas
Banco Liquidante	Banco Bradesco S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados
CETIP 21	Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, sistema de registro, custódia eletrônica e negociação de ativos no mercado secundário da CETIP
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil Brasileiro	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973
Coordenador Líder	Banco J. Safra S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.100, 19º andar, CEP 01313-930, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.017.677/0001-20
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Dobrevê Participações S.A., sob Regime de Garantia Firme de Colocação, celebrado entre o Banco J. Safra S.A. e a Emissora

  
2







CVM

Comissão de Valores Mobiliários

Data da Primeira Subscrição e  
Integralização

Data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização das Debêntures. A integralização das Debêntures deverá ser realizada à vista, no ato da subscrição, nos termos do item 5.3.1 abaixo.

Data de Emissão

25 de outubro de 2013

Data de Vencimento

25 de outubro de 2018

Debêntures

As 50 (cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 1ª emissão da Dobrevê Participações S.A.

Debenturistas

Titulares das Debêntures

Declaração de Investidor  
Qualificado

A declaração prevista no artigo 7º da Instrução CVM nº 476/09, a ser assinada pelos subscritores ou adquirentes das Debêntures

Dia Útil

Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional

Dívida Líquida

O somatório das dívidas onerosas da Emissora e suas controladas (consideradas sempre de forma consolidada) junto a pessoas jurídicas, incluindo as posições líquidas de derivativos, valores devidos a terceiros por aquisição de empresas que estejam contabilizadas em suas demonstrações financeiras, ações preferenciais resgatáveis, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora e suas controladas e a venda ou cessão de recebíveis presentes ou futuros, com a cobrança da Emissora e/ou de suas controladas, deduzidos recursos imediatamente disponíveis, tais como aplicações financeiras de pronta liquidez e recursos em espécie mantidos na tesouraria da Emissora e/ou de suas

3



controladas.

#### EBITDA

O lucro (prejuízo) líquido da Emissora e suas controladas (consideradas sempre de forma consolidada), acrescido (a) do somatório dos seguintes valores, apurados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que devem ser validados (auditados) por auditoria independente, se tiverem sido utilizados na apuração do lucro (prejuízo) líquido: (i) despesas de depreciação; (ii) despesas de amortização; (iii) despesas financeiras líquidas; (iv) despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e (v) prejuízos extraordinários ou não operacionais; menos (b) o somatório dos seguintes valores, apurados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, se tiverem sido utilizados na apuração do lucro (prejuízo) líquido: (i) lucros extraordinários ou não operacionais; e (ii) resultado líquido de equivalência patrimonial; o EBITDA será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

#### Efeito Adverso Relevante

Qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora ou suas controladas (i) que modifique adversamente e materialmente a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora ou suas controladas tomadas como um todo; ou (ii) que comprometa a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura.

#### Emissão

1ª emissão de Debêntures da Emissora

#### Emissora

Dobrevê Participações S.A.

#### Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3.1 desta Escritura



Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê participações S.A.
Escriturador Mandatário	Banco Bradesco S.A.
Fiadora	Malwee Malhas Ltda.
Garantidora	Malwee Malhas Ltda.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV
Índices Financeiros	O índice de alavancagem e o índice de cobertura de juros calculados na forma dos itens “m” e “n” da cláusula 6.2.2.1.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.
JUCESC	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Juros Remuneratórios	Os juros remuneratórios das Debêntures, calculados nos termos do item 5.6 abaixo



Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, sistema de distribuição pública de ativos no mercado primário da CETIP
Oferta	Distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o próximo pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
Plano de Distribuição	O plano de distribuição descrito na Instrução CVM nº 476 e no Contrato de Colocação
Prêmio de Resgate Antecipado	O prêmio incidente na hipótese de resgate antecipado das Debêntures, na forma prevista no item 6.1.1.
Resgate Antecipado	O resgate antecipado total ou parcial das Debêntures pela Emissora, nos termos da Cláusula 6.1.
Taxa DI Over Extra Grupo ou Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, calculada e divulgada pela CETIP
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), na Data de Emissão.

## 2. AUTORIZAÇÃO



2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada:

- (i) pela reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de outubro de 2013, na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 14, item 'gg' do Estatuto Social da Emissora;
- (ii) pela assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 11 de outubro de 2013, na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e
- (iii) pela assembleia de sócios da MALWEE MALHAS LTDA., na qual foram deliberadas as condições da prestação da fiança dadas as condições da Emissão.

### 3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

#### 3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 As atas da assembleia geral extraordinária e da reunião do Conselho de Administração da Emissora que aprovaram a presente Emissão serão devidamente arquivadas na JUCESC e publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal "Folha SC", de Jaraguá do Sul, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

#### 3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão: (a) ser inscritos na JUCESC, conforme disposto do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76; e (b) ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. Deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, na data do arquivamento, 1 (uma) via original da Escritura e/ou de seus eventuais aditamentos devidamente assinados.

#### 3.1.3 Dispensa de Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Emissão está dispensada de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social (a) a participação no capital de outras sociedades; (b) a administração de bens próprios, incluindo a compra e venda e a locação de máquinas, equipamentos, veículos, aeronaves e imóveis próprios; (c) a assessoria econômica e administrativa e assistência operacional para a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

### 4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### 4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

### 4.4 Montante da Emissão

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

### 4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

### 4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1 O Banco Bradesco S.A. cumprirá os papéis de Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

4.6.2 O Escriturador Mandatário será responsável por, entre outras questões listadas em norma da CETIP, efetuar a escrituração das Debêntures.





#### **4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão destinados para reforço do caixa e para capital de giro da Companhia.

#### **4.8 Registro para Distribuição e Negociação**

4.8.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da CETIP.

### **5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **5.1. Características Básicas**

##### **5.1.1 Valor Nominal Unitário**

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

##### **5.1.2 Data de Emissão**

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será no dia 25 de outubro de 2013.

##### **5.1.3 Prazo e Data de Vencimento**

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 25 de outubro de 2018, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.2 abaixo e as hipóteses de Resgate Antecipado previstas no item 6.1 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

##### **5.1.4 Forma e Emissão de Certificados**



5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cêntulas ou certificados.

5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

5.1.5 *Conversibilidade e Tipo*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

**5.2 Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, dentro do prazo de distribuição, conforme disposto no Contrato de Colocação.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão.

**5.3 Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

**5.4 Direito de Preferência**



5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## 5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 O Valor Nominal Unitário não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

## 5.6 Juros Remuneratórios

5.6.1 A partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização das Debêntures, as Debêntures farão jus aos juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de 1 dia, denominadas Taxa DI Over Extra Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), capitalizada de um *spread*, ou sobretaxa, de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Juros Remuneratórios"). A Taxa DI será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis e a Sobretaxa será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento. Os Juros Remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

5.6.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira devido no 6º (sexto) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 25 de abril de 2014.

5.6.3 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à fórmula abaixo:

$$J = VN_e \times (Fator Juros - 1), \text{ onde:}$$

$J$  = valor unitário dos juros flutuantes, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VN_e$  = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$Fator Juros = (Fator DI \times Fator Spread)$ , onde:

$Fator DI$  = produtório das Taxas DI Over, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme a fórmula:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI Over Extra Grupo consideradas na atualização do ativo, sendo  $n_{DI}$  um número inteiro;

$k = 1, 2, \dots, n_{DI}$ ; e

$TDI_k$  = Taxa DI Over Extra Grupo, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculada a partir da fórmula abaixo:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$DI_k$  = Taxa DI Over, de ordem k, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

$Fator Spread$  = sobretaxa de juros fixos, de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, observada a seguinte fórmula:

$$Fator Spread = \left\{ \left[ \left( \frac{1,2}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

$DP$  = número de Dias Úteis entre a data de início de cada Período de Capitalização e a data de cálculo, sendo  $DP$  um número inteiro; e

5.6.4 A Taxa DI Over Extra Grupo deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.6.5 O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$ , conforme o item 5.6.3 acima, é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

5.6.5.1 Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.6 Caso a Taxa DI Over Extra Grupo não esteja disponível na data de cálculo, será utilizada a última Taxa DI Over Extra Grupo disponível, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras por parte da Emissora ou dos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI Over Extra Grupo aplicável.

5.6.7 No caso de (a) ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI Over Extra Grupo por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis; (b) extinção da Taxa DI Over Extra Grupo; ou (c) impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over Extra Grupo por imposição legal ou judicial, a Taxa DI Over Extra Grupo será substituída pela taxa que venha a ser determinada pela legislação ou regulamentação aplicável.

5.6.7.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.7.2 Não existindo substituto legal ou regulamentar da Taxa DI Over Extra Grupo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em até 10 (dez) dias contados da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 5.6.7.1.1 acima, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observadas a legislação e regulamentação aplicáveis, sobre o novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, na apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI Over Extra Grupo divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

5.6.7.3 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério,

por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, e de eventuais Encargos Moratórios, até a data do efetivo resgate. Neste caso, será utilizada a fórmula estabelecida no item 5.6.3 acima, observando-se a última Taxa DI Over Extra Grupo divulgada pela CETIP
- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e as amortizações originalmente previstas no item 5.8 abaixo. Até a amortização integral das Debêntures em circulação, os Juros Remuneratórios serão calculados a partir da fórmula estabelecida no item 5.6.3 acima, utilizando-se parâmetro definido exclusivamente pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, e pagos semestralmente, conforme item 5.6.2 acima.

5.6.7.5 Qualquer que seja a alternativa escolhida nos termos do item 5.6.7.3 acima, não será devido, pela Emissora, Prêmio de Resgate Antecipado, indenização ou penalidade, em razão da ocorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de alteração no cronograma de amortização.

## 5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

## 5.8 Amortização do Principal

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 7 (sete) parcelas, semestrais, iguais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela devido no 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, em 25 de outubro de 2015, e o pagamento da última parcela devido na Data de Vencimento, nos termos da cláusula 5.1.3.1, de acordo com a tabela abaixo, ressalvadas as hipóteses de resgate ou vencimento antecipados, conforme o caso:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
25 de outubro de 2015	14,2857%



25 de abril de 2016	14,2857%
25 de outubro de 2016	14,2857%
25 de abril de 2017	14,2857%
25 de outubro de 2017	14,2857%
25 de abril de 2018	14,2857%
25 de outubro de 2018	14,2857%

## 5.9 Condições de Pagamento

### 5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, na hipótese de as Debêntures estarem custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.9.1.1.1. Farão jus aos eventos de pagamento previstos nesta Escritura aqueles que sejam titulares de Debêntures em circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme previsto no item 5.6.2 desta Escritura.

5.9.1.2 O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 dias antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

5.9.1.2.1 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 5.9.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante, com cópia para a



Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

5.9.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.9.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

#### 5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### 5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em lei.

#### 5.10 **Publicidade**





5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal "Folha SC", de Jaraguá do Sul, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

## 5.11 Colocação e Procedimento de Distribuição

5.11.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco J. Safra S.A. ("Coordenador Líder"), e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª Emissão Pública da Dobrevê Participações S/A, a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Colocação").

5.11.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e desde que cumpridas, pela Emissora, as exigências do artigo 17 da mesma Instrução.

5.11.3 A Oferta será realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CETIP e em observância aos termos e condições previamente acordados entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 5.11 e no Contrato de Colocação.

5.11.4 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.11.5 Nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e para fins da Oferta descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.11.6 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

5.11.7 O volume da Emissão e da Oferta não poderá ser aumentado.

5.11.8 Serão atendidos os clientes do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder.

5.11.9 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

5.11.10 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará Declaração de Investidor Qualificado atestando, dentre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável, dentre outras declarações.

5.11.11 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

5.11.12 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

5.11.13 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

## **6. DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **6.1 Resgate Antecipado**

6.1.1 As Debêntures poderão, a partir do 25º mês contado da Data de Emissão, inclusive, ser resgatadas antecipadamente, de forma integral ou parcial, a critério exclusivo da Emissora, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura. Para que possa exercer a referida faculdade de Resgate Antecipado, a Emissora deverá, com no mínimo 20

(vinte) dias de antecedência, informar, por meio de publicação ou envio de correspondência, cada Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, acerca do resgate, devendo o citado comunicado conter: (a) a data do resgate; (b) o valor a ser pago em relação a cada Debênture resgatada; (c) o volume ou número de Debêntures que será resgatado; e (d) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O resgate antecipado será efetuado pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (a) dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis* desde a data de início de cada Período de Capitalização até a data do efetivo pagamento das Debêntures resgatadas; (b) dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros encargos eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura até a data do Resgate Antecipado; e (c) de Prêmio de Resgate Antecipado, calculado de acordo com tabela a seguir, incidente sobre o montante total a ser resgatado, conforme o quadro abaixo:

Data do Resgate		Prêmio
De	Até	
25º mês (inclusive)	36º mês (inclusive)	0,80%
37º mês (inclusive)	48º mês (inclusive)	0,60%
49º mês (inclusive)	Data de Vencimento (inclusive)	0,40%

6.1.1.1 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.1.2 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures resgatadas serão liquidadas em uma única data.

6.1.1.3 Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis antes da data do efetivo resgate.

6.1.1.4 Na hipótese de Resgate Antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio para identificação das Debêntures que serão resgatadas, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76.

6.1.1.5 O Resgate Antecipado parcial, caso ocorra, das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado por meio do CETIP21, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito



da CETIP. Os Debenturistas, para o efetivo Resgate Antecipado parcial, deverão adotar todos os procedimentos necessários junto à CETIP, sob pena de não terem suas Debêntures efetivamente resgatadas.

## 6.2 Vencimento Antecipado

### 6.2.1 *Hipóteses de vencimento antecipado automático*

6.2.1.1 O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura, e exigirá dela ou da Garantidora, conforme o caso, o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, pela Fiadora, pelos seus controladores diretos ou indiretos ou por suas controladas, independentemente do deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, pela Fiadora, por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, inclusive a amortização do principal prevista no item 5.8 acima e o pagamento dos Juros Remuneratórios, não sanados no prazo de 1 (um) dia útil a contar do respectivo vencimento;
- c) inadimplemento pela Emissora ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, ressalvado o disposto no item 6.2.2 abaixo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento pela Emissora de notificação sobre o inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário, exceto nos casos de obrigações com prazo específico para cumprimento;
- d) decretação de insolvência civil ou de incapacidade da Garantidora, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da decretação da insolvência civil ou da incapacidade for apresentado fiador substituto que tenha sido aceito pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;



- e) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- f) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações, informações ou garantias prestadas, na data em que foram realizadas, pela Emissora ou pela Garantidora nesta Escritura, no Contrato de Colocação e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão, que não sejam sanadas, se possível, no prazo de 15 (quinze) dias contados de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário;
- g) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo documento, ou declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Emissora e suas controladas ou da Garantidora, que represente individualmente montante igual ou superior a R\$5.000.000, 00 (cinco milhões de reais);
- h) na hipótese de o valor agregado da totalidade dos ativos detidos direta ou indiretamente pela Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames, tornar-se inferior ao saldo devedor das Debêntures;
- i) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento de autoridade competente autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- k) redução de capital da Emissora, exceto se aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- l) se a fiança prestada pela Garantidora não for devidamente formalizada segundo os dispositivos legais aplicáveis, e nos termos desta Escritura;
- m) na ocorrência de (1) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou da Garantidora; (2) pedido de autofalência da Emissora ou da Garantidora; (3) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido por esta no prazo legal; e

- n) nos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro, observados, conforme aplicáveis, os prazos de cura previstos nesta Escritura.

6.2.2 *Hipóteses de vencimento antecipado sujeitas a deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas*

6.2.2.1 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados abaixo, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas:

- a) prática de quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura;
- b) inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas no item 7.1 abaixo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento pela Emissora de notificação sobre o inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário, exceto nos casos de obrigações com prazo específico para cumprimento;
- c) alteração do objeto social da Emissora, informado no item 4.1.1 acima, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- d) distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas da Emissora, caso esta esteja em mora com qualquer das suas obrigações pecuniárias no âmbito das Debêntures e que não tenha sido sanada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e dos juros sobre capital próprio até o limite do dividendo mínimo obrigatório, conforme apurado a partir dos balancetes intermediários da Emissora;
- e) atuação da Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou de suas controladas;



- f) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- g) se a fiança prestada pela Garantidora nesta Escritura tiver, por qualquer razão, incluindo declaração de nulidade, anulação, resolução e exoneração, sua vigência ou efeitos extintos ou materialmente limitados antes do pagamento integral das obrigações relativas às Debêntures exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento for apresentado fiador substituto que tenha sido aceito pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- h) cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Oferta que possam afetar sua validade ou exequibilidade;
- i) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra a Garantidora cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não seja sanado em até 15 (quinze) dias contados da ocorrência do ultimo protesto que representar o atingimento do valor referido acima, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado; (ii) for cancelado; ou, ainda, (iii) forem prestadas, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- j) execuções judiciais de qualquer natureza nas quais a Emissora ou a Garantidora figure no polo passivo, que gere passivo ou contingência em valor agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha sido proposta medida judicial capaz de suspender seus efeitos;
- k) existência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora ou da Garantidora, que resultem ou possam resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para o respectivo Garantidor, conforme o caso, de valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento.
- l) concessão de empréstimo, financiamento ou de qualquer outra prestação financeira, pela Emissora a qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, no montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);



- m) atingimento de índice de alavancagem (Dívida Líquida consolidada/EBITDA consolidado) superior a 2,5 (duas vírgula cinco) vezes;
- n) atingimento de índice de cobertura de juros (EBITDA consolidado/despesas financeiras consolidadas) abaixo de 3 (três) vezes;
- o) caso as pessoas físicas que detêm nesta data o controle indireto da Emissora deixem de deter, direta ou indiretamente, o somatório de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação de emissão da Emissora ou de qualquer das sociedades empresárias controladas pela Emissora e/ou suas respectivas sucessoras, sem aprovação prévia dos Debenturistas; e
- p) existência de processo judicial ou administrativo, em relação ao qual tenha sido proferida sentença ou decisão em primeiro grau que determine a inexistência, nulidade, invalidade, ineficácia ou inexecutibilidade da Escritura, e que não seja objeto de recurso com efeito suspensivo.

6.2.2.2 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento dos valores indicados no item 6.2.2.1 acima, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2.2.3 Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum de instalação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura.

6.2.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

6.2.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, seu pagamento integral deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.2.3 acima, prorrogáveis, a pedido da Emissora, mediante anuência por escrito dos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.2.5 Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada no item 6.2.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao





Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, sendo dispensado o envio do relatório da administração; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora; e (4) relatório da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para obtenção dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - ii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do semestre (exceto pelo segundo semestre de cada ano), (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre, e (2) relatório da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para obtenção dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - iii) dentro de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
  - iv) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas que sejam realizadas a partir



da Data de Emissão, desde que o objeto de deliberação da assembleia geral de acionistas seja de interesse ou influencie a Emissão;

- v) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
  - vi) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
  - vii) mediante solicitação, fornecer informações que razoavelmente venham a ser solicitadas e cópias dos documentos correlatos a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.2 acima, inclusive qualquer forma de correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora, imediatamente após a sua ocorrência;
  - viii) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo, no encerramento de cada exercício social; e
  - ix) informações sobre qualquer fato relevante de conhecimento da Emissora que possa vir a afetar seu desempenho financeiro e operacional, em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua ocorrência;
  - x) semestralmente, o cálculo dos Índices Financeiros referidos nos itens "l" e "m" da cláusula 6.2.2.1.
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09;
- c) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, abaixo listadas:



- i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - ii) submeter, na forma da lei e regulamentação aplicável, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria registrado na CVM;
  - iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - iv) manter os documentos mencionados no item “iii” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, nos termos da regulamentação aplicável, comunicando imediatamente a instituição intermediária líder da Oferta e ao Agente Fiduciário; e
  - vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- e) enviar à CETIP (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea “iii” do subitem “d” acima; e (ii) documentos e informações exigidas por essa entidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento de notificação nesse sentido; e, adicionalmente, atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 11 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- h) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;



- i) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive ambientais, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- l) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados a partir do evento, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou de suas controladas, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, inclusive no que diz respeito a qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, suas controladoras e/ou controladas, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora, suas controladoras e/ou controladas, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;
- m) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e
- n) arcar com todos os custos, inclusive aqueles (i) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (iii) relativos à contratação e despesas de Agente Fiduciário, assessor legal, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

7.2 A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1 A Emissora e a Garantidora, no que lhes for aplicável, declaram e garantem que:

- a) a Emissora é sociedade por ações e a Garantidora é sociedade empresária limitada,



estando ambas devidamente constituídas, validamente existentes e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou societária, contratos ou instrumentos dos quais sejam parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura e da legislação aplicável, ou para a realização da Emissão, exceto o arquivamento e a inscrição da ata da assembleia geral extraordinária que deliberou sobre a Emissão e da Escritura e seus eventuais aditamentos, respectivamente, na JUCESC, além do registro das Debêntures na CETIP;
- g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- j) sua situação econômica, financeira e patrimonial, entre 30 de junho de 2013 e a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa



afetar de maneira adversa sua solvência;

- k) suas demonstrações financeiras apresentam de maneira adequada suas situações financeiras nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013, a Emissora e a Fiadora não têm conhecimento de nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e a Fiadora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora ou Fiadora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou Fiadora;
- l) manterá sua existência como pessoa jurídica, e praticará todos os atos razoáveis necessários para manter seus direitos, prerrogativas e concessões necessários ou convenientes para a condução normal de seus negócios em todos os aspectos relevantes, em estrita conformidade com a legislação aplicável;
- m) manterá a todo tempo uma equipe de administração profissional, inclusive diretores eleitos em conformidade com seu estatuto social;
- n) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- o) informará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, todo e qualquer ato ou fato que possa afetar em seus aspectos materiais a veracidade de quaisquer das declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- p) informará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, qualquer evento ou situação que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações relativas às Debêntures, no todo ou em parte;
- q) cumprirá com a legislação a que se sujeita, em todos seus aspectos materiais; uma vez verificado o descumprimento desta obrigação, a Emissora terá o prazo que lhe for concedido pelo órgão ou agente fiscalizador para sanar tal descumprimento;
- r) não aplicará recursos ou ativos em atividades outras que não sejam correlatas ao seu objeto social;
- s) não irá efetuar ou permitir qualquer alteração das políticas contábeis ou práticas de



divulgação de informações, exceto conforme seja necessário para dar atendimento às disposições legais e normativas aplicáveis, e demais princípios contábeis brasileiros;

- t) (i) não estão em curso ações, processos, reclamações, investigações ou procedimentos (incluindo sindicâncias ou investigações por qualquer tribunal ou órgão ou agência do governo, seja no Brasil ou no exterior) contra ou afetando, direta ou indiretamente, a Emissora que, se decididos desfavoravelmente à Emissora, poderiam resultar na obrigação da Emissora de pagar à outra parte valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou afetar relevante e adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos do Contrato, ou que, de alguma forma, sejam relevantes no contexto de emissão das Debêntures; (ii) não há iminência nem previsão de ocorrência de tais ações, processos, reclamações, investigações ou procedimentos (incluindo sindicâncias ou investigações por qualquer tribunal ou órgão ou agência do governo, seja no Brasil ou no exterior), contra a Emissora; e (iii) a Emissora está cumprindo regularmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais e/ou de tribunais relativos a questões fiscais, trabalhistas e previdenciárias, estando em dia com suas obrigações tributárias principais e acessórias;
- u) todas as eventuais operações realizadas pela Emissora com partes relacionadas foram pactuadas em bases e condições de mercado;
- v) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora ou Fiadora, em prejuízo dos Debenturistas;
- w) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes; e
- x) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over Extra Grupo, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e

8.2 A Emissora e a Garantidora, conforme o caso, comprometem-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



f



## 9. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

9.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 9.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

9.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário não implicará em aumento da remuneração originalmente estabelecida nesta Escritura.

9.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 7º e 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESC e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

9.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição,





devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

9.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.3 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além daqueles previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as informações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;



- i) intimar a Emissora a respeito de eventual deterioração ou depreciação da fiança prestada pela Garantidora;
- j) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, devendo tal solicitação ser previamente fundamentada;
- k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - i) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - v) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e



- ix) existência de emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob o mesmo controle que a Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, e quaisquer outras informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de referidas emissões, conforme o caso; e
- x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da fiança prestada pela Garantidora nos termos da presente Escritura;
- n) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - i) na sede da Emissora;
  - ii) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - iii) na CETIP;
  - iv) na CVM; e
  - v) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- o) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas informando-os de que o relatório se encontra disponível nos locais indicados no item acima;
- p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;



- r) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- t) comunicar imediatamente aos Debenturistas e acompanhar, tão logo tenha conhecimento, qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, inclusive no que diz respeito a qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, suas controladoras e/ou controladas, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora, suas controladoras e/ou controladas, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;
- u) informar a Garantidora, em até 1 (um) dia útil a contar de seu conhecimento, da ocorrência de qualquer inadimplemento, por parte da Emissora, das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, para que a Garantidora efetuem o referido pagamento no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação pelo Agente Fiduciário;
- v) sem prejuízo dos prazos específicos previstos nesta Escritura, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Garantidora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- w) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou seu *website*.

9.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou a Garantidora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou a Garantidora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;



- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 9.4 "a" e "b" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim determinar por deliberação da unanimidade das Debêntures emitidas e não resgatadas, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 9.4 "c" acima.

9.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.7 O Agente Fiduciário não emitirá opinião ou fará qualquer juízo sobre fato relacionado à Emissão cuja definição seja de competência exclusiva dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as orientações que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. O Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo previsto na Instrução CVM nº 28/83 e na Lei nº 6.404/76.

9.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá sendo obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.8 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração a ser paga na forma prevista nos itens abaixo.

9.8.1 A remuneração do Agente Fiduciário será devida pela Emissora em parcelas anuais de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil



após a data de assinatura desta Escritura, e as demais na mesma data de cada ano subsequente.

9.8.1.1 A remuneração será devida, *pro rata die*, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.8.1.3 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 9.8.1 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (a) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (e) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.8.1.4 A remuneração prevista no item 9.8.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculada *pro rata die*, se necessário.

9.8.1.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.8.2 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.8.3 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

9.8.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.



9.9 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado em até 5 (cinco) dias contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.9.1 Quando as despesas realizadas pelo Agente Fiduciário não forem previamente aprovadas pela Emissora, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que a Emissora reembolsará os montantes gastos de acordo com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.9.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

9.9.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.9.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.9.5 As despesas a que se refere o item 9.9 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;





- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- e) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

9.9.6 Observado o disposto nos itens 9.9 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme disposto no artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- g) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- h) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

  
  




- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- j) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- j) está ciente da regulamentação da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes, aplicável às Debêntures e à Emissão.

## 11. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

11.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

11.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (d) pela CVM.

11.4 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

11.6 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.



↓

11.8 Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula onze, serão consideradas todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

11.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.10 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.11 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pelos investidores que representem a maioria das Debêntures em circulação, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura.

11.11.1 As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tratem da alteração de prazos, do valor e da forma de pagamento dos Juros Remuneratórios, da amortização, do resgate e/ou das hipóteses de vencimento antecipado dependem de quorum qualificado para serem aprovadas, consistente na aprovação por 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em circulação, desde que tais alterações tenham sido devidamente aprovadas pela Emissora.

11.11.2 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

## 12. DA FIANÇA

12.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Fiadora, nos termos do artigo 1.647, III, do Código Civil, obriga-se, solidariamente, de forma irrevogável e irretratável, com a Emissora, como coobrigada e devedora solidária, prestando fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como principal pagadora de todas as obrigações pecuniárias relativas à Emissão, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo o pagamento do montante Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, bem como de eventuais Encargos Moratórios e das demais quantias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura, despesas, custas, honorários e demais encargos contratuais e legais previstos nesta Escritura, indenizações de quaisquer natureza e demais



montantes devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, bem como pelas despesas eventuais incorridas pelo Agente Fiduciário para excussão da garantia.

12.1.1. A Fiadora expressamente renuncia a todos e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

12.2 Na hipótese de inadimplemento pela Emissora, nos termos do artigo 397 do Código Civil, de quaisquer valores devidos em razão da presente Escritura, o Agente Fiduciário deverá notificar a Garantidora para que efetue o pagamento em até 2 (dois) dias a contar do recebimento de referida comunicação, que deverá estar acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no dia útil seguinte à ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura, respeitados eventuais períodos de cura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

12.2.1 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo o Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da fiança prestada pela Garantidor quantas vezes forem necessárias, até o integral e efetivo cumprimento das obrigações referidas no item 12.1 acima.

12.3 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data da integral quitação das obrigações decorrentes da presente Emissão.

12.4 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Escritura, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o valor devido.

12.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

12.6 Para os fins do disposto no artigo 835 do Código Civil, a Fiadora, neste ato, declara ter lido e concordar, integralmente, com o disposto nesta Escritura, estando ciente dos termos e condições da Fiança prestada e das Debêntures.



12.7 A Fiadora poderá efetuar o pagamento dos valores devidos, independentemente do recebimento da notificação a que se refere o item 12.2 acima, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) para a Emissora:

**DOBREVÊ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Bertha Weege, nº 99, sala 01

89260-500 – Jaraguá do Sul – SC

At.: Sr. Guilherme Weege e Sr. Eduardo Leonardis

Telefone: (47) 2107-7012

Fax: (47) 2107-7029

e-mail: [guilherme@malwee.com.br](mailto:guilherme@malwee.com.br) / [eduardo@malwee.com.br](mailto:eduardo@malwee.com.br)

b) para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 - Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Sra. Nathalia Machado / Srta. Marcelle Santoro

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br)

c) para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/nº – Prédio Amarelo – 2º andar, Vila Yara

06029-900 Osasco – SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli / Fabio Tomo / João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-7654 / (11) 3684-2852 / (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br) / [4010.tomo@bradesco.com.br](mailto:4010.tomo@bradesco.com.br) / [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br)



d) para a CETIP:

**CETIP S.A - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Av. República do Chile, 230, 11º andar  
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308 / 2262-5481, ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
01452-001 - São Paulo - SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1564  
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

13.1.1 As comunicações serão consideradas entregues exclusivamente quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

13.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado pelo receptor da comunicação. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.1.2 A mudança de quaisquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

13.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.4 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes



que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

13.5 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.6 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.7 Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### 14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios decorrentes desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.



(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê Participações S.A.", firmada entre a Dobrevê Participações S.A., a Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Malwee Malhas Ltda., em 22 de outubro de 2013)

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2013.

**DOBREVE PARTICIPAÇÕES S.A.**

Guilherme Wuge  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Eduardo Lourenço  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nilsimara Oliveira  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Kojo Ferreira  
Procuradora

**MALWEE MALHAS LTDA.**

Guilherme Wuge  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_



**Testemunhas:**

1. Vantur Siefert  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Vantur Siefert**  
**RG 2.440.128 - SESPDC/SC**  
**CPF 657.306.669-34**

2. Eduardo João Garcia  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Eduardo João Garcia**  
**Advogado**  
**OAB/SC 21767**

